

Câmara Municipal de Jundiaí

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI N° 2600

Assunto: autorização para celebrar novo convênio com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO - DNOS - objetivando a dragagem e redragagem de córregos e rios existentes no município de Jundiaí.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

LEI DECRETADA SOB. N° 1910
LEI PROMULGADA SOB. N° 1848

José Luiz Pardal
Diretor Geral
19/10/1971

Proc. N° 15406
Clas. 1008.1572



- 2.600 -

[Signature]

Prefeitura do Município de Jundiaí

Em 29 de setembro de 1971

REF. N.º GP-L 707/71

PROC. N.º _____

CLAS. _____

AO TRATAR DO ASSUNTO
CITE A REFERÊNCIA

CARTA-GENEALÓGICA
PROTÓCOLO CÂMARA

013426 - 6 OUT 71

CLASSIF. 408.1572

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Ao discernimento dos esclarecidos integrantes dessa Egrégia Edilidade, subordinamos o inclusão projeto de lei, versando sobre a autorização para celebrar novo convênio com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO (DNOS), objetivando a dragagem e redragagem de córregos e rios existentes no Município de JUNDIAÍ.

Em se tratando, como de fato se trata de assunto de relevante interesse público, permitimo-nos solicitar aos N. Edis que o mesmo seja apreciado conforme o estabelecido no § 1º do artigo 26, do Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969.

No ensejo, renovamos nossas expressões da mais perfeita estima e elevada consideração.

Cordialmente,

[Signature]

(WALMOR BARBOSA MARTINS)
- Prefeito Municipal -

A

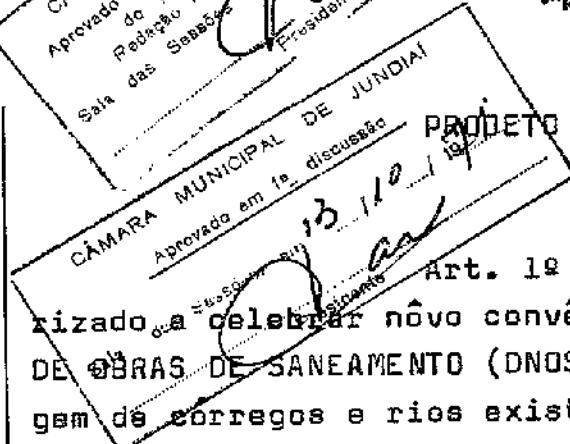
Sua Excelência, o Senhor

Vereador CARLOS UNGARO

DD. Presidente da Câmara do Município de

JUNDIAÍ

vb



PROJETO DE LEI Nº 2600

~~Câmara Municipal de Jundiaí
Aprovado em 21 de outubro de 1992
Sala das Sessões - 13/10/92
Presidente: [Signature]~~
~~Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar novo convênio com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO (DNOS), visando à dragagem e redragagem de corregos e rios existentes no Município.~~

Parágrafo único - O convênio que fôr celebrado poderá ser prorrogado, a critério do Executivo, enquanto subsistir a necessidade da prestação dos serviços de que trata o artigo.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão, neste exercício, à conta da verba 504 - 31.30.92.30 - Serviços de Terceiros : Contratos de serviços prestados por terceiros - Saneamento, do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, aos vinte e nove dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e um.

(WALMOR BARBOSA MARTINS)
- Prefeito Municipal -

4
P

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- Fls. 2 -

JUSTIFICATIVA

Pela Lei nº 1 683, de 03 de abril de 1 970, - foi o Executivo autorizado a celebrar convênio com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO (DNOS), com vistas à dragagem e redragagem dos rios Jundiaí e Guapeva.

O convênio firmado em decorrência dessa autorização, o foi pelo prazo de doze meses, a partir de 28 de abril de 1 970, e pelo valor de R\$ 200 000,00, dos quais coube à Prefeitura a responsabilidade por R\$ 100 000,00 e àquele Departamento igual quantia.

Apesar do volume da despesa realizada, os serviços executados por força do convênio firmado não estão ainda terminados. Não propiciar, agora, condições para a sua continuação, seria como que um desperdício relativamente ao que já se dispendera, isto porque continuariam a existir pontos de estrangulamento nas partes ainda não dragadas. Além do mais, o convênio fiel aos estritos termos da lei autorizadora, é restritivo aos rios Jundiaí e Guapeva, quando na verdade, outros rios de menor significado mas obstruídos em seu livre curso, necessitam de dragagem e do convênio foram excluídos.

Despiciendo argumentar que é de inegável interesse para o Município a celebração de convênios de tal natureza, em que ocorre ela com apenas 50% (cincoenta por cento) da despesa a que se dá causa.

O projeto de lei ora submetido à apreciação - dessa N. Edilidade foi elaborado em termos de maior amplitude e, transformado em lei possibilitará a celebração de um novo convênio também mais amplo, abrangendo outros rios e córregos. E, ainda, prevista está ali a hipótese de, uma vez findo, e se perdurar a necessidade dos serviços do órgão convenente, a lei permitirá a prorrogação ou renovação do convênio que for firmado.

5
P.J.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- Fls. 3 -

A despesa a ser realizada com a execução da lei que ora se submete à aprovação de V.Exas., será coberta por dotação já consignada no orçamento vigente.

Dante das razões que informam o presente projeto de lei, cujo objetivo é de indiscutível interesse público, de vez que a dragagem e redragagem de rios e córregos representam mais um passo que é dado para que se ponha termo ao cruciante problema das enchentes, que tanto mal causam à nossa população.

Nestas condições, temos a certeza de que os Nobres Edis se bem examinaram a solicitação contida nesta mensagem, não nos faltarão com a indispensável aprovação.

(WALMOR BARBOSA MARTINS)

- Prefeito Municipal -

vb

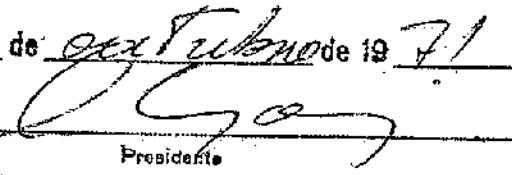
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 07 de augusto de 1971.
submeto este à Presidência.-


F. Araújo Penteado
Diretor Geral

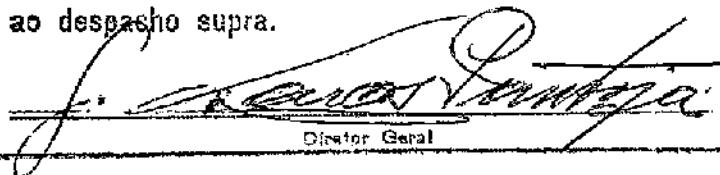
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Gabinete do Presidente

A Assessoria Jurídica para emitir,
parecer no prazo de _____ dias.

Em 06 de dezembro de 1971

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 08 de -10 de 1971.
encaminho à Assessoria Jurídica, em cumprimento
ao despacho supra.


F. Araújo Penteado
Diretor Geral



câmara municipal de jundiaí
estado de são paulo

D I R E T O R I A G E R A L

PROJETO DE LEI Nº 2.600

PROC. Nº 13.426

PARECER Nº 1.164 DA ASSESSORIA JURÍDICA

1. Do Executivo é o presente projeto de lei que autoriza a celebrar novo convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, visando à dragagem e redragagem de córregos e rios existentes no Município, prorrogável o convênio, a critério do Executivo, enquanto subsistir a necessidade da prestação dos serviços de que trata o art. 1º.
2. As despesas correrão por conta da verba indicada no art. 2º.
3. A justificativa de fls. 4/5 delineia as razões que determinaram a apresentação do projeto.
4. A propositura é legal, quanto à iniciativa e à competência. A matéria é de natureza legislativa. Entretanto, convém ressaltar, desde logo, que é necessário que a Câmara conheça, previamente, os têrmos do convênio a ser celebrado, notadamente o valor dos encargos que serão assumidos pela Municipalidade. Acredita-se que o convênio seja semelhante ao anteriormente firmado, por quanto o art. 1º se refere a "novo convênio". Isto não obstante, parece-nos indispensável que se solicite a Sua Excelência o sr. Prefeito que remeta a esta Casa os dados complementares da proposta (minuta do convênio, de preferência).
5. A aprovação da matéria depende do voto favorável da maioria dos srs. Vereadores presentes à Sessão.

S.m.e.

Jundiaí, 12 de outubro de 1.971.

Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.

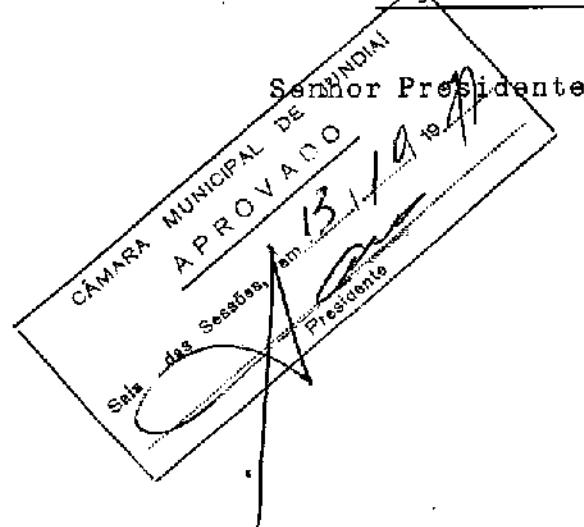
ad.

MOD. - 4

7
MP

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.^o 2 259.



REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o soberano Plenário, seja concedida URGÊNCIA para discussão e votação do Projeto de Lei nº 2 600, na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, 13/outubro/1 971.

Reinaldo Ferraz de Barros Basile.

Ara F. Ficarim

Mariazinha

Indyseum

José Rodrigues

Antônio Gómez

Elton

Jacó Top

ps/

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

SERVIÇO TAQUIGRÁFICO

(ANAIS)

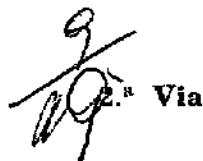
RODIZIO	TAQUIGRAFO	ORADOR	APARTEANTE	DATA	POLHA
113a.	8.1			13.10.71	

O sr. REINALDO FERREIRA DE BARROS BASILE: (Parecer da CJR ao Projeto de Lei 2600) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Iniciativa e competência conforme a legislação vigente, pelo que nada obsta ou de anormal existe que impega o prosseguimento do presente projeto de lei. Pela aprovação.

- - - - -

- Dados os demais membros da CJR, vereadores André Benassi, Lázaro de Almeida, Hermenegildo Martinelli, todos acompanham o parecer examinado pelo ver. Reinaldo F.B.Basile, pela CJR. -

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



2.ª Via

SERVIÇO TAQUIGRÁFICO

(ANAIS)

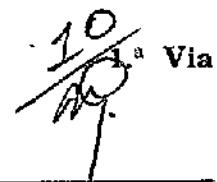
	RODIZIO	TAQUIGRAFO	ORADOR	APARTEANTE	DATA	POLHA
113a.	8.2				13.10.71	

o sr. BENEDITO E. ALMEIDA: (Parecer da CGU ao Proj. de Lei 2600; - Na qualidade de Relator da CGU, nomeado pelo Presidente desta Comissão, para exarar o parecer sobre o presente projeto de lei que trata de autorização para celebrar novo convênio sobre córregos e rios existentes no Município de Jundiaí. Diz o seu artigo 2º: "As despesas resultantes da execução desta lei correrão neste exercício por conta da verba 504.31.3093.36 - serviço de terceiros - contrato de serviços prestados por terceiros. Diz o art. 3º: "Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Como se trata de apenas de nós aprovarmos o projeto para que a Prefeitura Municipal faça o convênio com o Estado para este importante serviço e se por acaso houverem despesas, essas despesas estarão cobertas pela verba já existente e enumorada, este vereador está de pleno acordo e pediria a V.Exa. que consultasse os demais vereadores, da CGU.

SEM REVISÃO DO ORADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

10
1^a Via


SERVIÇO TAQUIGRÁFICO

(ANAIS)

	RODIZIO	TAQUIGRAFO	ORADOR	APARTEANTE	DATA	FOLHA
113a.3	6.3	P.R.P&S			13.10.71	

O sr. PRESIDENTE: - Consultamos os demais membros da CGO sobre o parecer exarado.

O sr. Otávio Betelli: - Acompanho o parecer.

O sr. Pedro O. Biagin: - Acompanho o parecer.

O sr. Antonio Carlos Pereira Neto: - Acompanho o parecer.

A sra. Ana de Sousa Fioravanti: - Acompanho o parecer.

O sr. PRESIDENTE: - Com quatro votos favoráveis, está aprovado o parecer da CGO.

16
AP



câmara municipal de jundiaí
estado de são paulo

PROJETO DE LEI Nº 2 600

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, decreta a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo autorizado a celebrar novo convênio com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO - (DNOS), visando a dragagem e redragagem de córregos e rios existentes no Município.

Parágrafo único - O convênio que fôr celebrado poderá ser prorrogado, a critério do Executivo, enquanto subsistir a necessidade da prestação dos serviços de que trata o artigo.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão, neste exercício, à conta da verba 504 - 31.30.92.30 - Serviços de Terceiros: Contratos de serviços prestados por terceiros - Saneamento, do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em catorze de outubro de mil novecentos e setenta e um. (14/10/1 971)

Carlos Ungaro,
Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

EST. DE SÃO PAULO

CÓPIA

14

outubro

71

PM.10/71/60:-

13.426:-

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

A devida sanção desse Executivo, tenho a honra de encaminhar a V.Excia. os autógrafos do PROJETO DE LEI nº 2 600, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 13 do corrente mês.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Carlos Ungaro,
Presidente.

ANEXO:- duas vias da lei.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor WALMOR BARBOSA MARTINS,
Muito Digno Prefeito Municipal de
JUNDIAÍ.

-dgc/

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



B
P
M

LEI Nº 1848, DE 18 DE OUTUBRO DE 1971

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, -
de acordo com o que decretou a Câmara
Municipal, em sessão realizada no dia
13/10/71, PROMULGA a seguinte Lei: --

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo autorizado a celebrar novo convênio com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO - (DNOS), visando a dragagem e redragagem de córregos e rios existentes no Município.

Parágrafo único - O convênio que fôr celebrado poderá ser prorrogado, a critério do Executivo, enquanto subsistir a necessidade da prestação dos serviços de que trata o artigo.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão, neste exercício, à conta da verba 504 - 31.30.92.30 - Serviços de Terceiros: Contratos de Serviços prestados por Terceiros - Saneamento, do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WALMOR BARBOSA MARTINS
(WALMOR BARBOSA MARTINS)
- Prefeito Municipal -

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um.

(MÁRIO PEREIRA LOPES)
MÁRIO PEREIRA LOPES
Diretor Administrativo

vb
MOD. 8

Câmara Municipal de Jundiaí

JJ. de 19/10/1971.

14
ag.



Prefeitura do Município de Jundiaí

ATOS OFICIAIS

LEI N.º 1848, DE 18 DE OUTUBRO DE 1971

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 13/10/71, PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1.o — Fica o chefe do Executivo autorizado a celebrar novo convênio com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO — (DNOS), visando a dragagem e redragagem de córregos e rios existentes no Município.

Parágrafo único — O convênio que fôr celebrado poderá ser prorrogado, a critério do Executivo, enquanto subsistir a necessidade da prestação dos serviços de que trata o artigo.

Art. 2.o — As despesas resultantes da execução desta lei correrão, neste exercício, à conta da verba 504 — 31.30.92.30 — Serviços de Terceiros: Contratos de Serviços prestados por Terceiros — Saneamento, do orçamento vigente.

Art. 3.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(WALMOR BARBOSA MARTINS)

Prefeito Municipal.

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um.

(MARIO FERREIRA LOPES)

Diretor Administrativo.

ANDAMENTO DO PROCESSO

C O M I S S Õ E S :

A. J. 08/10/71-R

C. J. R.

C. E. F.

C.O. S.P.

C. E. C. H. A. S.

C. C. O.

Ao Sr. Vereador

"O B S E R V A Ç Õ E S "

A N E X O S

Fls. 1-5-RP 06/10/71 - 13-RP. 19/10/71

AUTUADO EM 06/10/71.


DIRETOR GERAL